



PODER LEGISLATIVO
Câmara Municipal de Manaus

Gabinete do Vereador Massami Miki

PROJETO DE LEI Nº 432 / 2013

Dispõe sobre o direito ao atendimento preferencial para professores de ensino infantil, fundamental e médio, das redes pública e privada, na forma que especifica e dá outras providências.

Art. 1º Fica assegurado, na cidade de Manaus, aos professores de ensino infantil, fundamental e médio, das redes públicas e privadas, o direito ao atendimento preferencial em repartições públicas, empresas concessionárias de serviços públicos, e em instituições financeiras.

§ 1º. Entende-se por atendimento preferencial a não obrigatoriedade das pessoas protegidas por esta Lei aguardar em filas, sendo-lhes assegurado atendimento imediato.

§ 2º Os beneficiários desta Lei, se solicitados, deverão exibir documento que comprove o exercício da docência.

Art. 2º. As penas aplicáveis por infração desta Lei são:

I – advertência;

II – multa.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Adriano Jorge, 21 de outubro de 2013.

Massami Miki
Vereador PSL



PODER LEGISLATIVO
Câmara Municipal de Manaus

Gabinete do Vereador Massami Miki

JUSTIFICATIVA

O projeto, ancorado no princípio da dignidade do magistério, consiste em proporcionar atendimento preferencial para professores de ensino infantil, fundamental e médio, em repartições públicas, empresas concessionárias de serviços públicos, e em instituições financeiras.

A iniciativa, de todo justa, visa beneficiar a categoria que busca atendimento em estabelecimentos comerciais, institucionais e agências bancárias, durante os intervalos de seus expedientes (hora do almoço, dia de folga, etc), levando em consideração que os professores, em qualquer esfera, levam uma vida extremamente atribulada, uma vez que a maioria absoluta, tem duas cadeiras e várias turmas de alunos sob sua responsabilidade.

Os educadores dividem-se em vários locais de trabalho, seguindo verdadeiras maratonas (por conta dos irrisórios salários) para a aplicação de suas aulas, corrigirem provas, fazerem planos de aula, acompanhar seus alunos de forma individual, entre outras atribuições.

O benefício busca somar com elementos materiais que possibilitariam a composição da qualidade de vida desses profissionais, levando-os a ganharem tempo sem enfrentar longas filas.

Plenário Adriano Jorge, 21 de outubro de 2013.

Massami Miki
Vereador PSL